

ELEIÇÕES 98

Crescimento econômico e resgate da dívida social só serão obtidos com ajuste de contas públicas e nova conjuntura

Déficit e crise desafiam novo presidente

Joa

VLADIMIR GRAMACHO

BRASÍLIA - O 35º presidente da República do país, que os eleitores brasileiros devem escolher já hoje, só conseguirá fazer o país retomar o crescimento econômico se enfrentar os dois maiores empecilhos a ele: o grande desajuste das contas públicas e a grave crise financeira mundial. O primeiro, que o atual governo promete resolver no ano que vem, se reeleito, abriga um paradoxo. Para reduzir pela metade o déficit consolidado do setor público, que está atualmente em 8% do Produto Interno Bruto (PIB), a tese da Comissão de Controle Fiscal (CCF) vai agir sobre o orçamento de todos os ministérios, sem exceção. Ou seja, para aumentar os gastos sociais no futuro é preciso reduzir todos os gastos, inclusive os sociais, hoje.

A equipe econômica explica esse



FERNANDO HENRIQUE

Trajetória: Formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) em 1952, com especialização em Sociologia concluída no ano seguinte. Em 1961 tornou-se doutor em Ciências pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Pós-graduado pelo Laboratório de Sociologia Industrial da Universidade de Paris. Foi professor em sete diferentes universidades. Ingressou na política em 1974, quando coordenou a elaboração do programa do MDB para as eleições daquele ano. Em 1978 foi candidato a senador por São Paulo, concorrendo pelo MDB. Em 1983, assumiu a vaga no Senado, para a qual se elegera como suplente de Franco Montoro (PMDB). Disputou, e perdeu para Jânio Quadros, a eleição para a prefeitura de São Paulo em 1985. Foi reeleito senador em 1986 e escolhido líder do partido no Senado. Em 1988 saiu do PMDB para, ao lado de outras lideranças, fundar o PSDB. Liderou a bancada tucana no Senado até outubro de 1992, quando tornou-se ministro das Relações Exteriores do governo Itamar Franco. Lá permaneceu até maio de 1993, data em que foi nomeado ministro da Fazenda. Deixou o ministério em março de 1994 para concorrer à presidência da República. Em 3 de outubro de 1994 foi eleito, em primeiro turno, presidente da República pela aliança PSDB-PFL-PTB, cargo que assumiu em 1º de janeiro de 1995.

Partidos a que foi filiado: MDB, PMDB, PSDB

Votações: Senador (1978): 1.272.416; Prefeito (1985): 1.431.175; Senador (1986): 6.223.995; Presidente (1994): 34.365.668 (44,09% do total)

Vice-presidente: Marco Maciel (PFL)

Composição da aliança: PSDB, PFL, PPB, PTB e PSD

Religião: Católica

Origem: Rio de Janeiro

Estado civil: Casado, tem três filhos

Principais pontos do programa:

- Ampliar a matrícula no ensino superior em 30%, alcançando 2,7 milhões de alunos em 2002. Colocar 98% das crianças na escola. Antecipar para seis anos a idade de início da escolaridade obrigatória.
- Criar 7,8 milhões de empregos.
- Retirar cinco milhões de famílias da condição de indigência.
- Elevar o valor das exportações para US\$ 100 bilhões ao fim dos próximos quatro anos.
- Criar condições para investimentos em infra-estrutura orçados em R\$ 110 bilhões e atrair outros US\$ 50 bilhões em investimentos estrangeiros até 2002.
- Elevar para 20 mil o número de equipes do programa "Saúde da Família", capazes de atender 80 milhões de pessoas. Investir R\$ 1 bilhão em infra-estrutura hospitalar.

paradoxo: quando as receitas tributárias forem superiores aos gastos do setor público, o governo não vai mais precisar tomar tanto dinheiro emprestado no mercado financeiro, o que atualmente mantém as taxas de juros em alta. Quando isso acontecer, as taxas poderão voltar a cair e parte do dinheiro que União, estados e municípios destinam atualmente ao pagamento de juros - mais de R\$ 60 bilhões por ano - voltaria a ser destinada aos gastos sociais.

Segundo um diretor do Banco Central, assim que o ajuste fiscal for feito, os juros poderão cair rapidamente.

Reformas - Um ex-colaborador do presidente Fernando Henrique Cardoso, que deixou o governo em 1996, acredita que o plano de estabilização foi bem-sucedido, mas critica a falta de fôlego para avançar nas reformas constitucionais (previdenciária, administrativa e tributária) que permitiriam ao se-

tor público acertar suas contas com maior rapidez. Ele afirma que a falta do ajuste fiscal obrigou o Banco Central a elevar juros e inibir a atividade econômica; com isso, a dívida mobiliária (em títulos) cresceu de R\$ 60 bilhões para R\$ 300 bilhões nestes quatro anos, e os recursos que deveriam ser destinados para a área social estão servindo para o pagamento de juros.

Por causa disso, os resultados do governo na área social não foram tão positivos, lembra ele. O número de alunos matriculados no 1º grau, por exemplo, cresceu ano após ano durante o atual governo, passando de 32 milhões em 1994 para 35,4 milhões em 1998, ritmo que acompanha a velocidade de crescimento da população. Já o número de leitos nos hospitais públicos caiu de 508 mil para 490 mil, entre 1994 e 1998. E o número de pessoas empregadas no governo federal foi reduzido de

583 mil para 521 mil.

Crise - O segundo empecilho ao crescimento do país - a crise financeira internacional - ainda não se sabe quando será retirado. A partir de amanhã, dirigentes do Fundo Monetário Internacional estarão reunidos com representantes das principais economias do mundo para formular um novo modelo de ajuda preventiva contra crises financeiras. Ainda não se sabe exatamente que tipo de ajuda virá, mas a redução dos juros americanos mostra que a crise financeira já é um problema também das economias desenvolvidas.

A tudo isso se soma o mais antigo problema do país: uma dívida social difícil de estimar e que, até hoje, foi impossível quitar. O saldo dos últimos quatro anos mostra queda violenta do imposto inflacionário, que reduziu o poder de compra da população mais pobre: de 2.000% ao ano em 1994 pa-

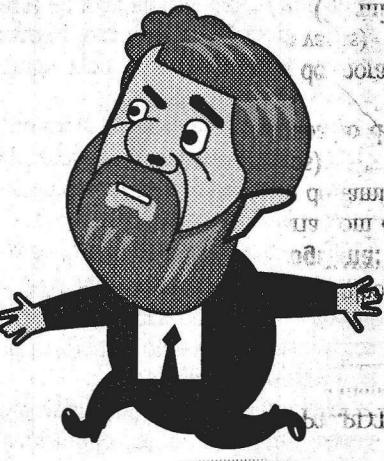
ra 2% em 1998. Mas esse saldo também indica que o desemprego subiu de 3,4%, em 1994, para 7,8%, em 1998. No mesmo período, a velocidade de crescimento do país foi sendo paulatinamente reduzida, de 5,9% para 1% nas projeções para este ano.

Os detentores dessa dívida social, ao contrário dos investidores financeiros, não possuem títulos que possam levar à Justiça para cobrar sua execução imediata. São milhões de pessoas que, anônimas, permanecem abaixo de uma linha imaginária que separa os que têm condições mínimas de sobrevivência dos que não têm. O Banco Mundial e vários outros organismos chamam essa fronteira de linha de pobreza, sob a qual estariam 25 milhões de brasileiros.

Proporção - "A proporção de pobreza no Brasil é alta para um país com padrão intermediário de renda per capita", sustenta o último relatório do Ban-

co Mundial sobre o Brasil, mostrando a realidade do início da década que foi pouco alterada. O estudo comparou a renda média no Brasil, de US\$ 2.080 por ano, com o percentual da população miserável, 18,7%, para confirmar a enorme desigualdade que divide o país em dois brasis. Na Venezuela, com renda de US\$ 2.360, esse mesmo índice era de 3,1%. E no Chile, com renda muito menor, US\$ 1.630, o índice de miséria estava em apenas 1,5%.

Apesar dessa realidade, há, entre os economistas, uma expectativa de que o país esteja preparado para um novo milagre econômico, como nos anos 70. Boa parte dessa aposta é creditada aos investimentos diretos que ingressaram no Brasil nos últimos anos. Em 1994, o país recebeu apenas US\$ 2,2 bilhões. Em 1998, dados preliminares já mostram que esse fluxo de investimentos subiu para US\$ 22 bilhões.



LULA

Trajetória: Da infância pobre no interior de Pernambuco, onde nasceu, Lula foi com a família para São Paulo em 1952. Foi vendedor de amendoim e tapioca na Baixada Santista. Em 1958, aos 14 anos, obteve o primeiro emprego registrado em carteira. Virou metalúrgico. Em 1969, entrou para o Sindicato do Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Foi primeiro-secretário em 1972. Em 1975, assumiu a presidência da entidade. A fama veio ao liderar as grandes greves da categoria de 1978 e 1979, em plena ditadura militar. Chegou a ser preso. Entrou para a vida política em fevereiro de 1980, quando fundou o Partido dos Trabalhadores, ao lado de políticos, sindicalistas e intelectuais.

Partidos a que foi filiado: PT

Votações: candidato a governador de São Paulo (1982) com 1.144.648 votos; deputado federal mais votado da história do Brasil, em 1986, com 650.134 votos; candidato derrotado a presidente da República em 1989, com 31.076.364 votos (segundo turno); candidato derrotado a presidente da República em 1994, com 17.125.931 votos (primeiro turno).

Vice presidente: Leonel Brizola (PDT)

Composição da aliança: PT, PDT, PSB, PCB, PC do B

Religião: Católica

Origem: Garanhuns, PE

Estado Civil: Casado, tem cinco filhos

Principais pontos do programa:

- Acelerar a reforma agrária com o assentamento de 1 milhão de famílias (3 milhões de empregos).
- Reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais.
- Construção de 1 milhão de moradias anuais (1,5 milhão de vagas).
- Incentivo ao turismo (2 milhões). Ao todo, com os programas emergenciais criar cerca de 15 milhões de novos empregos em 4 anos.
- Promover o assentamento de pelo menos 1 milhão de famílias de sem-terra e incentivar a criação de formas de produção associativas; promover a criação de 100 mil agroindústrias, taxar produtos agrícolas importados que façam concorrência desleal ou predatória aos produtos nacionais; revisão dos tributos pagos pela produção agropecuária e renegociar dívidas passadas; reativar o Pro-Alcool.
- Não deixar uma criança fora da escola, criando mais 2,7 milhões de vagas de ensino fundamental; criar um mutirão para acabar com o analfabetismo de 20 milhões de brasileiros; dobrar de R\$ 31 bilhões para R\$ 65 bilhões os investimentos no setor, nos diversos níveis de ensino e pesquisa.
- Criar programas preventivos como "Saúde em Casa" (médico de família).
- Manter a estabilidade, mas mudar as diretrizes econômicas, para fortalecer o mercado interno, reduzir as taxas de juros, recriar as câmaras setoriais, implantar o controle das importações predatórias, estimular as exportações e mudar a política de comércio exterior com apoio às pequenas e médias empresas.

CIRO GOMES

Trajetória: Formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará em 1979, Ciro Gomes começou na política em 1982.

Votações: Deputado estadual (1982): 17.841; Deputado estadual (1986): 17.602; Prefeito de Fortaleza (1988): 17.924; Governador do Ceará (1990): 1.279.492.

Vice-presidente: Roberto Freire (PPS)

Composição da aliança: PPS, PL e PAN

Religião: Católica

Origem: Pindamonhangaba (SP).

Estado civil: Casado, tem três filhos.

Principais pontos do programa:

- Promover a reforma tributária, com a substituição dos atuais impostos por apenas cinco tributos: sobre as vendas, sobre consumo de luxo, sobre heranças e doações, um predial e territorial, e um que incidiria sobre a diferença entre as rendas altas e a poupança investida pelos contribuintes mais ricos.
- Instituir o regime de câmbio flutuante.
- Transformar agências de créditos em balcões ativos, com empréstimos con-
- ditionados a ganhos de produtividade.
- Acabar com o vestibular, substituindo-o pela média das notas obtidas nos três últimos anos do ensino secundário.
- Municipalizar a gestão básica da rede pública de saúde. Privilegiar a medicina preventiva e social.
- Criar um programa de saneamento básico e de construção de moradias populares, além de frentes de trabalho urbanas, como forma de combater, de maneira emergencial, o desemprego.



(*) Previsão.

(**) Último dado disponível, publicado ou estimado.

Fonte: IBGE, BNDES, Banco Central, Mict, Conab, MEC, MPAS, Min. Saúde